

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

R\$ (1,00)

NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de março de 2025. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, conforme nota explicativa nº 12.

e) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável.

Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às

demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009

Foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias, sendo os mesmos quitados no exercício de 2024.

Circulante	2024	2023
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – débitos previdenciários	-	2.369.917
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – demais débitos	-	1.394.067
Receita Federal do Brasil - demais débitos	-	155.964
TOTAL	-	3.919.948

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

5.1 – Duplicatas a receber

Clientes:	2024	2023
Prefeitura Municipal de Santos		
Serviços Conservação de Vias Públicas	538.522	2.119.575
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	11.157.446	6.769.652

Terceiros

Serviços Diversos	619.025	1.007.479
Total Geral	12.314.993	9.896.706

5.2 – Valores a Receber

2024

2023

Circulante

Outros valores a Receber	8.461	8.702
Total no Circulante	8.461	8.702

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas em andamento, a empresa mantém valores de depósitos recursais em contas judiciais.

Composição

6.1 – Outras Contas a Receber

2024

2023

Adiantamentos	177.195	186.008
Outros Créditos	590.927	506.583

6.2 – Retenções

Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2022	115	115
Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2023	413	2.949.405
Imposto de Renda Retido na fonte – ano base 2024	5.635.708	-
Total	6.404.358	3.642.111

Não Circulante

6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	627.484	617.319
Total	627.484	617.319

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2024	2023
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	9.732.676	12.727.349	13.625.750
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.707.419	2.139.795	567.624	589.352
Móveis/ Utensílios	10/20	1.231.582	719.472	512.110	344.082
Veículos	20	1.841.501	1.184.640	656.861	870.194
Instalações	10/20	1.891.521	104.472	1.787.049	134.142
Outros	10/20	123.912	81.279	42.633	36.378
Total		103.697.639	13.962.334	89.735.305	89.041.577
Intangível	10/20	510.601	397.322	113.279	71.161

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2024	2023
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	1.032.661	923.455
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS	515.000	472.064
Outras Obrigações	15.984	14.450
Total	1.563.645	1.409.969
PARCELAMENTOS		
Parcelamento - Lei 11.941/2009		
Débitos Previdenciários 07/2000 a 01/2008 - 180 parcelas	-	2.369.917
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	-	228.808
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	-	368.485
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 30 parcelas	-	379.014
Débitos Previdenciários–Termo Transação Individual - 60 parcelas	7.304.633	3.346.224
TOTAL	7.304.633	3.346.224
TOTAL GERAL	8.868.278	4.756.193

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
Composição		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS		
Contribuições a Vencer	525.722	432.769
Contribuições Vencidas	48.041.590	37.448.887
Programa Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP		
Contribuições a Vencer	113.631	93.571
Contribuições Vencidas	9.578.199	7.329.377
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE		
Contribuições a vencer	561.493	485.324
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		
Contribuições a vencer	2.825	105.302
OUTRAS OBRIGAÇÕES	25.913	23.299
Total	58.849.373	45.918.529

Circulante

Obrigações Tributárias

PARCELAMENTOS – Lei 11.941/2009

Demais Débitos – 01/1992 a 11/2007 – 180 parcelas	-	1.550.031
Total no Circulante	-	1.550.031

Não circulante

Obrigações Tributárias

TRIBUTOS DIFERIDOS	24.732.824	25.038.281
Total	24.732.824	25.038.281

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

10.1 – Composição	2024	2023
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS		
<u>DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS</u>		
Parcelamento – Procuradoria Geral Fazenda Nacional	89.089.186	163.428.971
Total	89.089.186	163.428.971
<u>OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>		
Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos		
Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	183.298.810	167.461.553
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	-	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	992.128	882.089
Parcelamento Fornecedor	220.054	1.980.992
Outras Obrigações	-	15.163.729
Contribuições Sociais – COFINS / PASEP	48.173.621	-
Tributos Diferidos	24.732.824	25.038.280
Total	257.417.437	210.531.117
TOTAL GERAL	346.506.623	373.960.088

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

Com a promulgação do Edital PGDAU nº 03/2023 em consonância com a Portaria 6757/2022, a Prodesan solicitou o parcelamento em 05/09/2023, requerimento nº 20230289412 (Protocolo nº 02195422023), onde foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 03/12/2024. A Prodesan obteve de desconto efetivo na consolidação o valor de R\$ 73.916.747, conforme Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos encargos financeiros com base na recuperabilidade. Portanto, o saldo de R\$ 89.089.186 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias refere-se ao saldo junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, composto pelo Termo de Transação Individual no valor de R\$ 31.871.955 negociado em 60 parcelas e o Termo Aditivo de Transação Individual no valor de R\$ 57.217.230 em negociação de assinatura para pagamento em 120 parcelas.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garantiu o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da Prodesan junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Foi firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2024, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 183.298.810, a Prodesan continua com as tratativas junto a Prefeitura Municipal de Santos com vistas a amortização do saldo devedor, mediante dação de imóveis em pagamento e, dentro da capacidade financeira da empresa.

10.2.3 – Outras Obrigações

Consolidado o parcelamento do Auto de Infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL que estava em processo junto a Procuradora Geral da Fazenda Nacional, o mesmo foi incluso no pedido do parcelamento do requerimento nº 20230289412 (Protocolo nº 02195422023), que foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 03/12/2024. A Prodesan obteve de desconto efetivo na consolidação o valor de R\$ 10.349.074 conforme a Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos encargos financeiros com base na recuperabilidade, parcelamento quitado a vista.

10.2.4 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.5 – Parcelamentos – Lei 11.941/09 Conforme nota explicativa nº 4, foram quitados no exercício de 2024.

10.2.6 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES E CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

Composição	2024	2023
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Férias e Encargos	8.116.632	7.503.349
Total	8.116.632	7.503.349
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	645.027	621.745
Não Circulante	864.272	778.121
Total	1.509.299	1.399.866
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		
Não Circulante	127.855	103.968
Total	127.855	103.968
Total Geral	9.753.786	9.007.183

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Alguns bens imóveis estão em garantia ao processo de parcelamento de natureza fiscal, conforme nota 10.2.1.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação patrimonial da empresa no exercício de 2024 apresentou Lucro, o fator principal foi o desconto obtido no parcelamento conforme a Portaria 6757/2022 que permitia a redução dos Encargos Financeiros, o desconto foi no montante de R\$ 84,2 milhões referente a multas, juros e correção monetária. Destacamos que os parcelamentos da Lei 11941/2009 e Lei 10522/2002, foram quitados como também os débitos apurados no Auto de Infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (nota 10.2.3).

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 78 milhões.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, neste exercício não ocorreu aporte de recursos pela acionista majoritária.

13.3 – Encargos Financeiros

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com a Prefeitura Municipal de Santos, tendo como base o Termo 43/2011 (nota 10.2.2) referente ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002 e demais encargos adimplidos no exercício atingindo o montante de R\$ 26 milhões.

13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos / Lucro Bruto

Ocorreu um aumento de R\$ 12,2 milhões na receita operacional bruta equivalente a 12,1 % em comparação ao exercício anterior, os custos dos serviços /produtos aumentaram em R\$ 7 milhões equivalente a 9,8 %, em consonância com a receita operacional. No exercício foi obtido um Lucro Operacional de R\$ 25 milhões equivalente a 24,9% da receita operacional líquida.

13.5 - Resultado do Exercício

No exercício de 2024, apurado o Lucro de R\$ 67 milhões, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos descontos obtidos na consolidação dos parcelamentos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 84,2 milhões conforme nota 13.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 4.104.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 4.101.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total.

A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Ajustes de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2024 estão assim constituídas:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	25.580.000
Veículos – Danos Materiais e Terceiros 150.000,00	2.100.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros 150.000,00	2.100.000
Veículos – Danos Morais 50.000,00	700.000
Total	30.480.000

CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA
Diretor Presidente

SERGIO DEL BEL JUNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

REGINA RODRIGUES DOS SANTOS
CRC 1SP 158.507/O-0